
Os desastres entre a teoria e a prática: recomendações para a qualificação da cobertura jornalística¹

Paula Colpo Appolinario²

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

RESUMO

O presente trabalho realiza uma discussão teórica sobre a situação do jornalismo e as novas necessidades da cobertura de desastres, para apresentar, a partir destes conceitos, recomendações que facilitem qualificar os conteúdos em meio à enxurrada de informações. Na concepção deste trabalho, foi utilizado como inspiração o Minimanual para a Cobertura Jornalística das Mudanças Climáticas, de Márcia Franz Amaral, Eloísa Beling Loose e Ilza Maria Tourinho Girardi (2020). Entre as propostas obtidas, estão a realização de rondas de desastres, principalmente após alertas; incorporação de jornalistas especialistas nas redações ou parcerias com pesquisadores de universidades; desuso de juízos de valor que criem concepção de fatalidade; adoção de práticas editoriais que enfatizem a problemática dos desastres; entre outras.

PALAVRAS-CHAVE

Cobertura de desastres; desastres mistos; jornalismo

INTRODUÇÃO

A cobertura de desastres é um tópico cada vez mais atual e está na agenda diária do jornalismo. Cenários como os eventos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024 apenas ressaltam a importância de uma qualificação na área do meio ambiente que os profissionais de jornalismo já deveriam ter alcançado para cobrir crises sociais e ambientais. Isso porque ao mencionar as enchentes ocorridas neste estado, assim como em outros acontecimentos, como os deslizamentos no litoral norte de São Paulo em 2023; os deslizamentos em Petrópolis, no Rio de Janeiro em 2022; e as enchentes em Muçum, Roca Sales e Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul em dois momentos de 2023, termos como “fortes chuvas causaram” e “desastre climático” estão sempre presentes, seja na sociedade ou no jornalismo. Porém, a cobertura de desastres é mais que consequência das mudanças climáticas, envolve também omissões humanas ao normalizar a vivência da população em áreas que são mapeadas como de risco,

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Jornalista egressa da Universidade Federal de Santa Maria, integrante do Grupo de Estudos em Jornalismo (UFSM/CNPq)

instabilidades geológicas e inoperância do poder público em garantir novas ocupações ou prevenir o bem-estar das pessoas antes de um acontecimento trágico.

Por outro lado, há de mencionar também a dificuldade que é uma rotina dentro das redações, o que impossibilita a busca aprofundada do profissional da comunicação pelo lado sociológico dos desastres – geralmente ofuscado pela culpada “chuva”. O desgaste da factualidade não ocasiona tempo para o jornalista leigo (leia-se, sem formação específica como especialização, pesquisas na área ou tempo de trabalho dedicado ao tema) da cobertura de desastres apurar com calma e precisão para compartilhar as informações qualificadas com o público – teorias como o do “jornalista sentado” (NEVEU 2006 *apud* WALTZ, 2015) vêm para provar ainda mais essa falta de recursos de aprofundar as pautas, muitas vezes limitando-se ao copia e cola de órgãos oficiais. Por isso, este trabalho tem o objetivo de realizar uma discussão teórica sobre a situação do jornalismo na cobertura de desastres e apresentar, a partir destas reflexões, recomendações que facilitem aos jornalistas qualificar seus conteúdos na cobertura de desastres.

Para isso, faremos um aprofundamento do evento desastre: o que é e como deve ser mais explorado para além das mudanças climáticas. Também, faremos uma discussão teórica sobre como é a rotina de jornalistas e por que o aprofundamento de desastres pode não ser facilmente inserido nesse dia a dia. Após o cruzamento destas discussões, é apresentado um roteiro de recomendações para que o jornalista seja orientado em meio a sua árdua rotina, em que necessita de agilidade, para a cobertura qualificada de desastres. As recomendações não têm objetivo conteudista, ou seja, não apresenta os conteúdos que os profissionais devem pautar – porque cada desastre terá sua particularidade – mas sim trazer recomendações de como chegar de forma objetiva aos assuntos “debaixo dos panos” de um desastre.

METODOLOGIA

Este artigo é um dos produtos sequentes a uma pesquisa maior de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de nossa autoria, intitulada “O ‘monstro’ chuva na Folha de São Paulo: o jornalismo na cobertura do desastre no Litoral Norte de SP”. Na pesquisa, foi observada a cobertura do supracitado jornal, especificamente sobre o desastre em São Sebastião (SP), área mais atingida.

Portanto, neste presente trabalho discute-se teoricamente a importância do jornalismo de se atualizar e realizar coberturas de desastres que enriqueçam o debate social do tema, deixando para trás a mera atribuição de culpa às chuvas e utilizando o conteúdo jornalístico para denunciar irregularidades, como a inoperância do poder público, e entender a parte social dos desastres – que geralmente engloba pessoas vivendo em áreas de risco e os problemas anteriores e antecessores a isso. Por meio da revisão bibliográfica, também busca entender por que o jornalismo enfrenta dificuldades em se aprofundar nesses desastres quando eles eclodem. Para isso, duas discussões teóricas são o centro do artigo:

a) os desastres, a atribuição da culpa somente às chuvas e o desserviço de palavras como “desastre natural”, necessidade de qualificação da cobertura jornalística para se desenvolver em prol da sociedade;

b) dificuldade da rotina jornalística de evoluir com a pauta em meio à enxurrada de informações diante da necessidade de ser rápido, apresentando muitas vezes redações despreparadas para pautas que exigem maior compressão sobre os desastres climáticos.

Com a discussão, busca-se cruzar a teoria de desastres com a rotina jornalística e apresentar recomendações para que os profissionais possam estar em maior contato com a pauta quando os desastres eclodem – e principalmente, antes e depois dos fatos, mesmo com a rotina corrida. As recomendações apresentam passos de como chegar de forma objetiva aos assuntos, visto que cada desastre tem sua particularidade. Futuramente, pretende-se utilizar do estudo materializado neste artigo e distribuí-lo em forma de cartilha didática e resumida, facilitando a aproximação do material com os jornalistas, por meio de redes sociais e e-mail.

Na concepção deste trabalho, foi utilizado como inspiração o Minimanual para a Cobertura Jornalística das Mudanças Climáticas, de Márcia Franz Amaral, Eloísa Beling Loose e Ilza Maria Tourinho Girardi (2020). Esse material especializado teve o objetivo de orientar jornalistas e estudantes na qualificação dos seus trabalhos na cobertura de mudanças climáticas. Como uma produção da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o documento idealiza que “a forma como se dá a cobertura jornalística sobre o tema pode contribuir para o debate público e a discussão de políticas, assim como a própria sensibilização da sociedade sobre a complexidade e dimensão das mudanças do clima” (Amaral; Loose; Girardi, 2020, p.9). Além das coordenadoras editoriais, o trabalho é uma contribuição de outros cientistas.

Além disso, nos ancoramos em Amaral, Lozano Ascencio e Puertas Cristobal (2020), que identificaram indicadores sensíveis na cobertura jornalística de desastres, ou seja, termos e nomenclaturas utilizados quando se trata do tema e o que eles representam. Este trabalho também serviu para a produção de recomendações, pois instruem o que cada termo pode despertar dentro dos textos e discursos jornalísticos.

OS ESTUDOS DE DESASTRES E O JORNALISMO

Desastres são eventos climáticos e sociais causados por uma série de fatores. Um desastre socioambiental é o resultado de muitas causas e surge pelos seus impactos, mas nunca começa quando eclode, tendo condições prévias que têm os seus contornos revelados na hora da tragédia (Amaral, 2024; Quadros, 2020). A abordagem sociológica dos desastres define os eventos extremos considerando “as dinâmicas sociais e identificando os processos geradores de vulnerabilidade que expõem as comunidades a situações de risco” (Marchezini, *et. al.* 2023, p. 16). Nos últimos anos, os eventos climáticos extremos deixaram exposta a infraestrutura frágil das cidades, somada à incapacidade do poder público de reagir perante estas situações. “As cidades brasileiras são resultado de um tipo de desenvolvimento que mantém desigualdades socioespaciais estruturais e possuem regiões em que a ausência do Estado é crônica. As mudanças climáticas tendem a intensificar esse cenário [...]” (Valencio; Valencio, 2017 *apud* Amaral; Loose; Girardi, 2020, p .44).

Contudo, o principal fator apontado pelo jornalismo, ao qual é atribuída a razão dos desastres climáticos que causam enchentes, por exemplo, são as chuvas. Entretanto, apenas os eventos meteorológicos extremos não são suficientes para classificar um desastre – sozinhos, eles são apenas um fenômeno climático. Quando incidem em áreas de risco, ou seja, locais de moradia popular perto de rios ou em barrancos, podem causar inúmeros riscos para a vida e saúde humana; deixam desalojados, desabrigados, doentes, feridos e mortos, além de privarem o direito de ir e vir e de acesso à recursos básicos. “Muitas vezes, os argumentos oficiais e midiáticos restringem os danos causados a uma cidade a problemas meteorológicos e são vedadas questões relativas à gestão pública da água, aos direitos sociais de saneamento e à habitação” (Valencio; Valencio, 2017 *apud* Amaral; Loose; Girardi, 2020, p.44). Para autores como Monteiro e Zanella (2019), as

associações isoladas às chuvas reforçam a concepção fatalista de que o homem nada pode fazer para combater as devastações sociais dos desastres.

Nos desastres ditos naturais, as explicações mais imediatamente difundidas sobre a cena de devastação, o caos, são recorrentemente postas fora do escopo das relações sociais.[...] Assim, se apela para a procura desse algo que fora da esfera do mundo social, o monstro, o qual, embora seja celeremente identificado, nominado, classificado e mensurado por parcela da comunidade científica (o furacão, o terremoto, as chuvas), parece ter se manifestado como nunca antes, exigindo suporte de pesquisa para que se saiba ainda mais sobre ele a fim de nos tranquilizar quando de sua próxima aparição (Valencio, 2017, p.8)

Por isso, além da necessidade de explorar as relações e explicações sociais ocasionadas pelos desastres, é necessário focar em termos que valorizem o desastre enquanto multicausal. Exemplo disso é a nomenclatura adotada no Glossário da Defesa Civil, embora raramente utilizada pelos órgãos públicos. “Desastres Mistos: Ocorrem quando as ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar desastres naturais” (Sedec, 2020, p.58). Outro termo, utilizado por autores como Foresti (2015) e Ardiles *et. al.* (2019), é “desastres socionaturais”, que assim como o primeiro citado, busca atrair o conhecimento do público pela nova questão englobada, mas que há tempos já faz parte do problema.

Amaral, Lozano Ascencio e Puertas Cristobal (2020) realizaram um trabalho para identificar os principais indicadores utilizados nas coberturas dessa área, o que auxilia a entender as impressões que o texto jornalístico transmite por meio de termos. O primeiro indicador é a denominação de desastres, isso porque na nomeação “se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público” (Berger, 2003, p.22). Os caminhos acionados pelos jornalistas podem ser pela denominação popular (“chuvarada”); pela técnica (“movimento de massa”); pela ordem imaginária do acontecimento sensacional (“acidente”, “catástrofe”, “tragédia”). Outro indicador é a presença de explicações técnico-científicas. Este indica a questão de que um desastre é consequência de uma série de fatores - chuvas, desigualdade social, falta de políticas públicas - então este indicador ressalta a necessidade de qualificar uma cobertura com a menção de explicações advindas das mais variadas áreas. Além disso, exploram outros indicadores como eixo temporal da cobertura, acionamento de fontes, entre outros assuntos.

OS DESAFIOS DA ROTINA JORNALÍSTICA

A rotina jornalística contribui muito para a construção social dos fatos narrados pelo jornalismo. “A mídia é quem cria a realidade social. Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídos através de sua realidade discursiva” (Alsina, 2009, p.46). Puertas Cristobal, Lozano Ascencio e Amaral (2018) chamam a atenção de que sem a imprensa, os desastres ou catástrofes, nos mais variados locais e distâncias, não teriam existência pública. Nessa linha, a narração desses fatos conta com as rotinas jornalísticas na estipulação de seus modos de ver e construir socialmente as versões oficiais do ocorrido. Por isso, ainda segundo estes autores, a cobertura de desastres exige o resgate pelo jornalismo de suas origens de matriz iluminista, ligadas às teorias de Responsabilidade Social. E, por isso, é de extrema importância que o jornalismo trabalhe para apresentar um acontecimento com todos os desdobramentos – os anteriores e posteriores. Estes podem ser cruciais para denunciar irregularidades (que no cenário de desastres são comuns). Porém, geralmente a cobertura de desastres dos principais jornais do país se limita à, não raro, repetição de informações sobre o evento e uma mesma linha: em um primeiro momento, número de mortos, atingidos e desaparecidos, informações técnicas de quando e onde aconteceu, pontos de vista de quem viveu, histórias sobre pessoas que perderam tudo; e mais tarde, ações de solidariedade, limpeza das casas em enchentes e recomeço da vida quando casas foram totalmente comprometidas. Entrevistas de órgãos públicos e fontes não-oficiais.

Mas, por que o jornalismo não consegue explorar mais as causas e consequências? Isso acontece por vários motivos. O primeiro deles, é a cobrança de imediatismo. Adghirni (2002) nos primórdios da era digital, já chamava esta agilidade de ‘fluxo contínuo’, uma necessidade de distribuição de conteúdo quase que imediata; segundo pesquisa da autora, as grandes páginas na web compartilhavam conteúdos a cada cinco minutos, em média. “Notícia é produzida e multiplicada em cadeia na medida em que o anúncio de um fato novo ou de uma declaração têm repercussão na sociedade e gera outras notícias” (Adghirni, 2002, p.2). Há de se considerar que em 2002, ano da pesquisa, inúmeros meios de se conseguir informação ainda não existiam. Hoje, elas circulam desde e-mails, redes sociais, até o contato direto de assessores e público com o whatsapp pessoal dos jornalistas. Essa pressão se intensifica ainda mais em redações menores com foco em jornalismo local – que não deixam de ter a obrigação de atualizar os acontecimentos quase que simultaneamente e também têm que ser pensadas com um olho na concorrência, mesmo que contando, muitas vezes, com equipes consideravelmente menores.

Embora haja multifatores, o jornalismo, assim como os órgãos públicos e outras opiniões enraizadas na sociedade, insiste em apontar apenas o lado meteorológico da situação, muitas vezes ressaltada em frases como “as chuvas causam mortes”, “os índices de chuva atípico deixam desalojados...” e em expressões como “desastre natural”. E mudar essa realidade pressupõe um trabalho de base formativa de jornalistas. Outro problema é destacado: a falta de especialização das redações. “Um jornalista generalista faz a mediação do público com especialistas do tema, porém, essa prática já não é mais suficiente em alguns temas, visto que o profissional está suscetível a falhas na tomada de decisões do que será exposto na matéria” (Appolinario, 2023, p.32). Segundo Santos (2004), é normal que um jornalista generalista enfatize o acontecimento dramático e deixe de buscar pelas origens e justificativas do problema. Nesse sentido, os manuais têm sido fundamentais para disseminar informação especializada em diferentes áreas do conhecimento, sendo o campo do jornalismo um deles. Loose e Quevedo (2021, p.4) destacam que nem sempre jornalistas estão preparados para fazer uma cobertura voltada, principalmente, “para a previsão de riscos e catástrofes por conta do caráter factual, cotidiano e sensacional presente na prática jornalística, em razão de seus valores-notícia.” Para responder a esse desafio, a pandemia de Covid-19 foi um bom exemplo de lançamento de manuais focados em orientações para melhor cobrir a crise. Assim, os desastres e catástrofes socioambientais também devem receber a devida atenção para que ocorra um melhor desempenho do trabalho jornalístico.

Dessa forma, encontram-se mudanças substanciais na natureza do fazer jornalístico que afetam a sua qualidade. O jornalismo também passa por uma mudança de conceitos cruciais na profissão. Antes, o trabalho do jornalista era essencialmente realizado na rua – sem redes sociais, não haviam muitas formas de se chegar até a informação a não ser indo até ela. Desde os anos 2000, os comunicadores vivem o aumento da prática do “jornalismo sentado” (Neveu 2006 *apud* Waltz, 2015), ou seja, que apura e publica em explicações literais, sentado na cadeira das redações. Segundo Waltz (2015, p.131), “há um empobrecimento do papel de mediador do jornalista, na medida em que se converteria em um mero redator, cada vez mais despojado de um senso crítico em nome da maximização de seus domínios técnicos e produção em larga escala”. A discussão sobre a degradação da profissão é relevante em nível social, visto que é dever de todos os cidadãos lutarem pelos direitos da liberdade de imprensa. É necessário lembrar que as condições do trabalho jornalístico são benéficas para a sociedade, uma vez

que “[...] o pleno exercício de suas funções [do jornalista] propicia o ambiente necessário para que as pessoas possam acessar informações de qualidade e participar ativamente do espaço público” (PPDDH, 2020, p.10). Salienta-se que as pessoas têm direito à informação e o jornalismo têm o dever de prestar este serviço com qualidade. Além disso, o jornalismo é uma profissão cercada de questionamentos éticos e constante estudo da realidade. Com seu poder de repercussão, pode ser um potencial amplificador de situações sociais e de debates em comunidades.

RECOMENDAÇÕES PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA

Como visto na teoria, a rotina corrida impede que os jornalistas aprofundem os fatos no momento em que eles ocorrem. Diante desta realidade e da análise das principais fragilidades observadas ao longo da cobertura de São Sebastião, são elencados pontos que podem contribuir para um jornalismo mais qualificado.

Primeiro Ponto - Realização de rondas após avisos e alertas: O primeiro ponto que busca qualificar as coberturas jornalísticas é não ficar refém de alertas e releases de assessoria e apurar o próprio conteúdo (mesmo que pelas telas da redação) com a realização de rondas. Nunca se deve esperar o desastre eclodir para iniciar a cobertura. Mesmo que os alertas da Defesa Civil não resultem em mortos, feridos e desalojados, sempre haverá pautas que surgirão das rondas e podem revelar problemas inesperados. Conseguir informações iniciais das áreas de risco também pode ser um diferencial caso o alerta resulte em um desastre. É importante lembrar que, no momento da eclosão, haverá mais pessoas buscando pelas fontes e elas estarão ocupadas nos resgates. Este primeiro ponto pode ser realizado de diversas formas, levando em consideração as limitações atuais do jornalismo.

Recomendação 1 do Primeiro Ponto - Solicitar mais informações dos alertas emitidos pela Defesa Civil: Os alertas e avisos podem ser amplos, não especificando a área provável de ser atingida ou o tamanho dos danos previstos. Para os que nunca trabalharam com cobertura de desastres, há algumas perguntas que podem fazer com que as fontes cheguem em respostas chaves. Nessas horas, é válido questionar: O mapeamento está atualizado? Quais áreas estão sob maior risco do evento? Que medidas a Defesa Civil tomou/está tomando?; O que os moradores devem fazer?

Recomendação 2 do Primeiro Ponto - Ter uma lista de contatos com coordenadores da Defesa Civil de cada região: Os representantes precisam ser

acionados antes de qualquer ocorrência, para garantir que estarão de plantão e disponíveis para contato durante os momentos de alerta. Assim, pedir, se possível, que disponibilizem atualizações ao longo do período é uma boa estratégia. Contatos podem ser salvos em planilhas que constem palavras-chaves, para auxiliar na procura em momento de necessidade.

Recomendação 3 do Primeiro Ponto - Acompanhar órgãos oficiais e de meteorologia durante eventos extremos: Durante a noite, os profissionais do plantão devem seguir acompanhando sites de atualização das situações. Redes sociais podem ser a forma mais rápida de conseguir informações. Por isso, é importante também acompanhar online os órgãos institucionais e sites de previsão meteorológica que mantêm estes meios atualizados. Alternativas no X (antigo Twitter) que mantêm atualizações constantes: MetSul (@metsul); Inmet (@inmet_); Defesas Cíveis estaduais/municipais (ex: @defesacivilsp; @defesacivil_rio; @DefesaCivilRS); ClimaTempo (@climatempo).

Recomendação 4 do Primeiro Ponto - Valorizar fontes não-oficiais e testemunhas: Os jornalistas devem ter contatos de representantes das comunidades que moram em áreas de risco: um líder comunitário, um vizinho que conhece os moradores e é de confiança do local. Priorizar conversas por whatsapp. Essa comunicação pode facilitar a aproximação com as fontes, visto que nem todos têm acesso a ligações ou e-mails. Estes conteúdos, quando divulgados, podem ajudar a própria comunidade, na denúncia da situação e acionamento mais rápido da Defesa Civil

Segundo Ponto - Busca por fontes e base de informações: O segundo ponto diz respeito ao próximo momento da cobertura pós-apuração: após a apuração, o jornalista vai em busca das fontes jornalísticas e dados. Este tópico visa auxiliar a agilidade dessa busca.

Recomendação 1 do Segundo Ponto - Contatar jornalistas pesquisadores da comunicação e desastres: Manter contato com um pesquisador de confiança da área da comunicação e desastres pode ser um diferencial para enriquecer o conteúdo em cada cobertura de eventos extremos. Para acionar os especialistas, o caminho é buscar amparo científico sobre os temas e sobre o jornalismo, seja por formados em graduação e pós; também, os jornalistas que são segmentados há anos no mesmo tema são capazes de esgotar o assunto. Eles podem utilizar estudos recentes para auxiliar repórteres a trazer mais discussão nas pautas e indicarem fontes especialistas conforme a necessidade de cada reportagem.

Recomendação 2 do Segundo Ponto - Fugir do óbvio ao chamar fontes especialistas, aumentando o leque de possibilidades: Desastres possuem causas naturais, mas, também, sociais. Ambos fatores devem ser valorizados dentro do texto com especialistas das mais variadas áreas, e não apenas das ciências meteorológicas (como costumam destacar as coberturas). Algumas áreas que podem contribuir para a discussão: ciências sociais, direito e política, geografia e biologia e saúde pública.

Recomendação 3 do Segundo Ponto - Contribuir para o alinhamento da cobertura: Uma boa cobertura de desastres também requer que todos os jornalistas e assistentes compartilhem seus conhecimentos adquiridos sobre o tema, fazendo com que as histórias narradas pelo jornalismo evoluam. Para que todos os textos estejam alinhados sobre as principais causas e consequências dos desastres, mesmo com as particularidades de apuração de cada repórter. Entre as formas de compartilhar conhecimentos, estão: sugerir conversas durante o período de trabalho ou reuniões semanais para compartilhar os principais conhecimentos sobre o tema de desastres e, por fim, criar um documento compartilhado em que todos possam contribuir com informações que não podem faltar no material produzido.

Terceiro ponto - Produção de conteúdo: Neste tópico da produção, a ideia é oferecer dicas de pontos sensíveis durante a produção de conteúdo na cobertura a partir do que visto que é feito na teoria, que causam ineficiência na cobertura de desastres.

Recomendação 1 do Terceiro Ponto - Evitar termos que criem concepção de fatalidade: Como visto na teoria, o uso de termos errados é recorrente, apesar de ineficaz. A recomendação é que o jornalista busque, ao máximo, ser isento de juízos de valores que criem relações de fatalidade, como o uso da palavra “desastre natural”, e expressões como “não há culpados”, “foi uma fatalidade”, “a chuva matou”, “um evento atípico/anormal”. Ao realizar entrevistas, a tendência é que as entidades oficiais se manifestem no sentido de retirarem suas culpas do ocorrido. É crucial que o jornalista não demonstre concordância com a cabeça ou com as palavras.

Recomendação 2 do Terceiro Ponto: Adoção de práticas editoriais inéditas: Jornalistas podem adotar medidas que criem novos imaginários no público em relação aos desastres. Um exemplo do *The Guardian*, de como uma simples mudança de denominação pode ser um diferencial. “A equipe do jornal britânico *The Guardian* substituiu em seus textos o termo “mudanças climáticas” por “emergência, colapso ou crise climática”, a fim de reforçar a importância do tema” (Amaral, Loose e Girardi, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar na cobertura de eventos extremos, especialmente os que envolvem chuvas com índices pluviométricos altos exige preparação do jornalista. Contudo, sabemos que, geralmente, o jornalista é pego de surpresa por esses eventos. A fim de responder a essa dificuldade, esse artigo visou contribuir com reflexões e recomendações para o dia a dia das redações. A partir da retomada teórica e observação da execução prática, foram criadas propostas de capacitação para a cobertura jornalística de desastres, considerando as dificuldades observadas tanto a nível teórico, quanto prático na rotina das redações. As propostas destaques foram divididas em três pontos, que representam as fases de apuração, contato de fontes humanas/digitais e produção do conteúdo (foto, vídeo, texto): a) realização de rondas após avisos e alertas; b) busca por fontes e base de informações; e c) produção de conteúdo. Entre as recomendações oferecidas dentro dos tópicos, estão: solicitar mais informações dos alertas emitidos pela defesa civil; criar lista de contatos com coordenadores da defesa civil de cada região; acompanhar órgãos oficiais e de meteorologia durante eventos extremos; valorizar fontes não-oficiais e testemunhais; contatar jornalistas pesquisadores da comunicação e desastres; fugir do óbvio ao chamar fontes especialistas; contribuir para o alinhamento da cobertura; evitar termos que criem concepção de fatalidade; adotar práticas editoriais inéditas.

Estas recomendações não dizem respeito ao conteúdo que as coberturas de desastres devem ter, afinal o Manual Cobertura Jornalística das Mudanças Climáticas, de Márcia Franz Amaral, Eloísa Beling Loose e Ilza Maria Tourinho Girardi (2020) já presta este trabalho e há uma crescente particularidade em cada desastre que acontece. O objetivo com este trabalho foi no sentido de apresentar linhas que podem ser seguidas para auxiliar a redação jornalística a chegar em pontos-chaves mais técnicos para aprimorarem o conteúdo a ser incluído no texto jornalístico. Acredita-se que o jornalista, em meio a rotina corrida, seja beneficiado com as recomendações deste trabalho para em um momento de crise, saber que passos seguir para chegar até as informações essenciais que enriquecerão a cobertura. Em busca de contribuições que sigam enriquecendo o debate do jornalismo na cobertura de desastres, sugere-se a aplicação prática do novo manual em uma abordagem nacional e local. Essa pesquisa pode lançar luz sobre como a cultura, as políticas e os interesses locais moldam a abordagem jornalística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalismo online: em busca do tempo real. Salvador: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. A construção da notícia. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- AMARAL, Márcia Franz. “O desastre”. Série de vídeos para IG publicada no Canal Além do Lattes em 28.mai.2024. Disponível em: <[instagram.com/p/C7hNvQ0s65h/](https://www.instagram.com/p/C7hNvQ0s65h/)>. Acesso em 28 mai. 2024.
- AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (orgs). Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas [recurso eletrônico], 1. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020.
- AMARAL, Márcia Franz; ASCENCIO, Carlos Lozano; CRISTOBAL, Esther Puertas. Indicadores para análise das narrativas jornalísticas sobre desastres: em busca das invisibilidades e saliências. Equador: Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicação, 2020.
- APPOLINARIO, Paula Colpo. O “MONSTRO” CHUVA NA FOLHA DE S. PAULO: O JORNALISMO NA COBERTURA DO DESASTRE NO LITORAL NORTE DE SP. UFSM: Santa Maria, 2023.
- ARDILES, Robert Alvarado; PRADENAS, Constanza; YAÑES, Nataly; MARTÍNEZ, David Cuadra; DÍAZ, José Sandoval. Teorías subjetivas del comportamiento prosocial: significados, desarrollo y motivaciones de jóvenes voluntarios ante un desastre socionatural. Scielo: Lima, 2019.
- BERGER, Christa. Campos em confronto: a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- FORESTI, Andréa Jaeger. Riscos de desastres socionaturais com base na engenharia da resiliência. UFRGS: Porto Alegre, 2015
- LOOSE, E.; QUEVEDO, J. A pandemia como desastre na cobertura jornalística de G1 e UOL. Trabalho apresentado à Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo em seu 19o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, ocorrido de 9 a 12 de novembro de 2021.
- LOZANO ASCENCIO, C.; AMARAL, M. Coberturas informativas de la prevención y del acontecer de catástrofes a través de los “Manuales institucionales” dirigido a los periodistas. Estudios Rurales, vol 8., n. Especial (Octubre), CAR-UNQ. Buenos Aires; pp.6-17, 2018.
- MARCHEZINI, V., et al. O que são eventos extremos? Uma reflexão sobre as diferentes perspectivas do termo. *Revista ClimaCom*, Desastres / pesquisa – ensaios/ ano 10, n.25, 2023.
- NEVEU, Erick. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Loyola, 2006.
- QUADROS, Mirian Redin. Márcia Franz Amaral: “Um desastre nunca começa quando eclode”. *Radiofonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora*, Mariana-MG, v. 11, n. 02, p. 206-212, mai./ago. 2020.
- SANTOS, Rogério. A fonte não quis revelar: Um estudo sobre a produção das notícias. Porto: Campo das Letras, 2004.

WALTZ, Igor. O “Jornalista Sentado” e Condições de Produção: considerações sobre práticas profissionais na comunicação em rede. São Paulo: UNESP, 2015.